



# Juntos na Defesa dos Direitos Territoriais

No Município de Oriximiná, na Amazônia paraense, ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru e seus afluentes, vivem diversos povos indígenas e comunidades quilombolas que se conhecem há mais de 150 anos, desde a época em que os escravos subiram esses cursos d'água em busca de refúgio.

Retomando essa antiga aliança, índios e quilombolas se reúnem hoje em torno de uma causa comum: a defesa de seus direitos constitucionais que se encontram ameaçados pela demora na regularização de suas terras e pelo avanço da exploração minerária.

## Demarcação/Titulação Já!

O processo de regularização fundiária da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana iniciou-se na primeira década de 2000 e, desde abril de 2013, os índios aguardam a assinatura e publicação do relatório de identificação e delimitação pela Presidência da Funai. A mesma demora injustificada ocorre com o processo da Terra Quilombola Alto Trombetas, cujo relatório de identificação também se encontra pronto desde abril de 2013, mas ainda não foi publicado pelo Incra.

Os quilombolas das terras Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira também aguardam pela titulação pelo Incra e Iterpa, com processos instaurados há mais de dez anos.

- Imediata publicação dos relatórios da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana e da Terra Quilombola Alto Trombetas.
- Agilização dos processos de regularização as Terras Quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira.



Carlos Permeado

## Mineração Não

Enquanto a titulação não é concretizada, a Mineração Rio do Norte - empresa cujos acionistas são Vale do Rio Doce, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio, Alcoa World Alumina, Hydro e Alcoa Awa Brasil Participações - avança nos planos de expansão da área de exploração de bauxita atingindo territórios quilombolas.

As licenças e autorizações ambientais para lavra e pesquisa têm sido concedidas pelo governo federal sem que os quilombolas sejam consultados ou adequadamente informados.

- Nenhuma atividade minerária, inclusive pesquisas, antes de titulação.
- Cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar qualquer atividade dentro das terras quilombolas.

## POVOS INDÍGENAS

Na bacia do Trombetas, situada na área de abrangência do município de Oriximiná, vivem povos indígenas conhecidos como Kahyana, Kaxuyana, Katuwena, Hixkaryana, Tiriyo, Txikiyana, Tunayana, Xerew, Waiwai, Zo'é e grupos isolados.

Com uma população estimada em 3.400 pessoas, estes povos ocupam quatro Terras Indígenas, sendo três delas homologadas (TI Nhamundá-Mapuera, TI Trombetas-Mapuera e TI Zo'é) e uma em processo de regularização (TI Kaxuyana-Tunayana).



Carlos Pemreando

### A Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana

Os Kahyana, Kaxuyana, Hixkaryana, Tiriyo, Txikiyana, Tunayana, Xerew e Waiwai viviam em pequenas aldeias dispersas pelos diferentes rios da região da Calha Norte Paraense. A partir de 1950, estes povos centralizaram-se em grandes aldeias - de até mil pessoas ou mais -, nas quais se instalaram destacamentos militares, missões religiosas ou postos de assistência da Funai: eram, entre outras, Bona, Kassawá, Kanashen, Kwamala, Mapuera e Missão Tiriyo, situadas nas proximidades das fronteiras entre o Brasil, a Guiana e o Suriname.

Entre o final dos anos 1990 e o início da década de 2000, estes povos iniciaram seu regresso às suas áreas de origem, não raro abrindo novas aldeias em locais onde existiam aldeias antigas. No decorrer do seu movimento de retorno, os índios fundaram quinze novas aldeias, a saber: Ayaramã, Turuna e Wisina (Kaspakuru), no alto rio Trombetas; Santidade e Chapéu, no médio rio Cachorro; Takará, Mapium, Yawará e Tawanã, no baixo rio Mapuera; e Matrinxã, Gavião, Torre, Areia, Cupiúba e Belontra, no rio Nhamundá. Também existem referências de grupos isolados na área em questão.

A demanda indígena pela regularização fundiária de sua região de ocupação tradicional remonta ao início dos anos 2000. A reivindicação foi formalizada junto à Coordenação de Identificação e Delimitação da FUNAI em agosto de 2005, em área contígua às TIs Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera. Somente em julho de 2008, a FUNAI constituiu o primeiro Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos de identificação e delimitação da TI Kaxuyana-Tunayana (Portaria 875, de 31/07/2008). Hoje, os índios estão à espera da oficialização do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) desta TI que, devidamente concluído e aprovado, aguarda assinatura pela Presidência da FUNAI e publicação no Diário Oficial da União (DOU).

## COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Na região da Calha Norte do Pará, no município de Oriximiná, encontram-se 35 comunidades descendentes de quilombos, distribuídas ao longo dos Rios Trombetas, Erepecuru, Cuminã e Acapu. Esta população (estimada em 8.000 pessoas) é constituída pelos descendentes de escravos que, no século 19, fugiram dos cacaais, das fazendas de criar e de propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e mesmo de Belém.



Carlos Pimenta

Os quilombolas de Oriximiná foram os primeiros que conseguiram fazer valer o direito reconhecido na Constituição Federal, no ano de 1995, com a titulação das terras da Comunidade Boa Vista. Atualmente, quatro territórios quilombolas em Oriximiná estão titulados e um parcialmente titulado.

No entanto, 16 comunidades quilombolas em Oriximiná ainda aguardam pela regularização de suas terras. Os processos de titulação dos territórios Alto Trombetas, Jamari/ Último Quilombo/ Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira foram abertos pelo Inca e pelo Iterpa em 2004 e 2005.

## Mineração ameaça Territórios Quilombolas

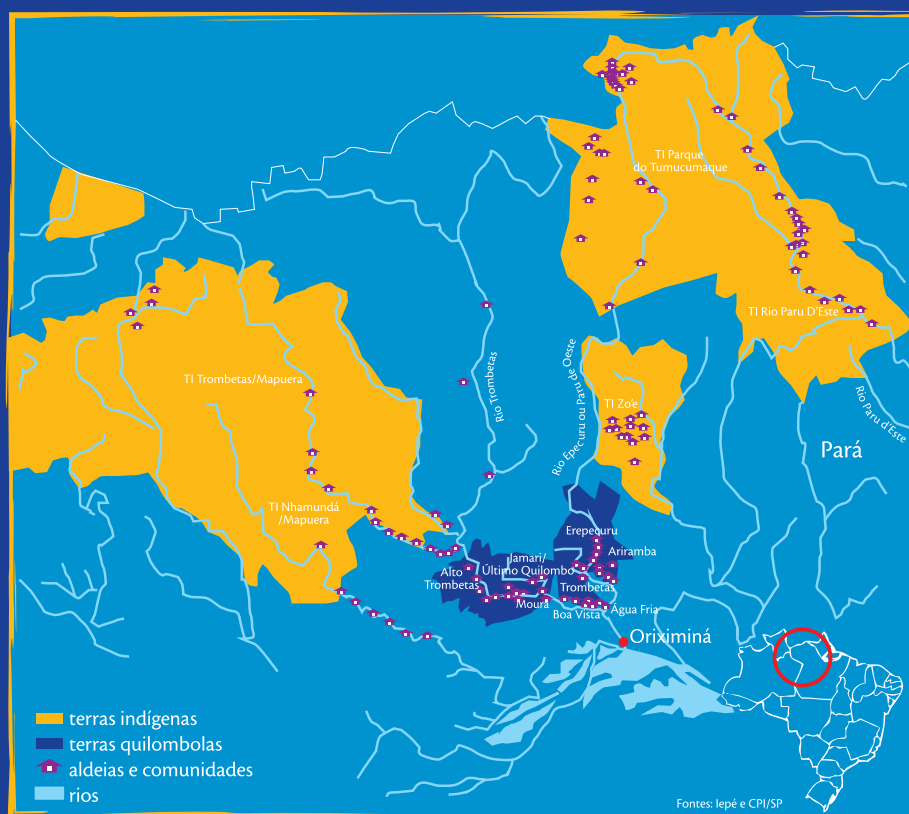
A expansão das atividades da Mineração Rio do Norte (MRN) ameaça as terras quilombolas Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo/Moura onde vivem cerca de 330 famílias distribuídas em 13 comunidades.

A Mineração Rio do Norte é a maior produtora de bauxita do Brasil - matéria prima do alumínio - e opera na região de Oriximiná desde 1979. A MRN é composta por oito empresas acionistas: Vale do Rio Doce, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio, Alcoa World Alumina, Hydro e Alcoa Awa Brasil Participações.

A empresa já conta as licenças do DNPM e do Ibama para exploração do platô Monte Branco parcialmente incidente no Território Quilombola Jamari/Último Quilombo/Moura. E em 2012, a MRN requereu autorizações para exploração de sete novos platôs sobrepostos às Terras Quilombolas Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo/Moura.

As autorizações para lavra e pesquisa têm sido concedidas pelo governo federal sem o consentimento livre, prévio e informado dos quilombolas que vivem nessas áreas. Os quilombolas não têm sequer recebido informação adequada sobre os planos e impactos da exploração minerária.

A demora na efetivação da titulação coloca os quilombolas em situação de maior fragilidade frente às ameaças de exploração minerária. Por isso os quilombolas reivindicam que os empreendimentos da MRN sobrepostos aos seus territórios sejam imediatamente paralisados (inclusive os estudos) e que nenhuma autorização seja concedida pelo governo à empresa até a titulação de suas terras.





## Juntos na Defesa dos Direitos Territoriais

#TerraDemarcadaTituladaJa  
#MineracaoNao

- Imediata publicação dos relatórios da Terra Indígena Kaxuyana/Tunayana e da Terra Quilombola Alto Trombetas.
- Agilização dos processos de regularização as Terras Quilombolas Jamari/Último Quilombo/Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira.
- Nenhuma atividade minerária, inclusive pesquisas, antes de titulação.
- Cancelamento das autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar qualquer atividade dentro das terras quilombolas.

Apoie a Campanha - saiba como em:  
[www.quilombo.org.br](http://www.quilombo.org.br)  
[www.institutoiepe.org.br/demarcacaoja](http://www.institutoiepe.org.br/demarcacaoja)

Realização



Comissão Pró-Índio  
de São Paulo



Apoio



EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA



EMBAIXADA DA NORUEGA



COOPERACIÓN >